



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

**A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A COMPANHIA VALE: CENÁRIOS DA
EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM PARAUPEBAS/PARÁ**

Viviane Cardoso da Silva¹

Resumo: Esse artigo objetiva compreender a influência da Companhia Vale (CV) e da Fundação Vale (FV), na educação municipal de Parauapebas/Pará, referente às escolas rurais. A metodologia utilizada foi: pesquisa qualitativa, com recorte histórico entre 2005 a 2010; pesquisa bibliográfica, embasada na educação do/no campo e nos marxistas; pesquisa documental; e a pesquisa de campo com entrevistas de sujeitos pertinentes às escolas rurais. Como resultados se destacam: A FV realizou a formação continuada na rede de ensino; a CV e FV construiu escola, cuja manutenção e utilização são concessionadas à prefeitura; as relações entre a CV e a cidade mostram a força do capital sobre a educação e as políticas locais, de modo a enfraquecer as lutas camponesas.

Palavras-chave: Educação municipal; Trajetória histórica; Educação do/no campo; Organização da educação.

**EDUCATION IN THE FIELD AND THE VALE COMPANY: SCENARIOS OF
MUNICIPAL EDUCATION IN PARAUPEBAS/PARÁ**

Abstract: This article aims to understand the influence of Companhia Vale (CV) and Vale Foundation (FV), in the municipal education of Parauapebas / Pará, referring to rural schools. The methodology used was: qualitative research, with historical cut between 2005 and 2010; bibliographical research, based on the education of the field and the Marxists; documentary research; and the field research with interviews of subjects pertinent to rural schools. The results highlight: The VF carried out the continuous training in the teaching network; the CV and FV built a school, whose maintenance and use are granted to the city hall; the relations between the CV and the city show the strength of capital over education and local politics, in order to weaken peasant struggles.

Keywords: Municipal education; Historical trajectory; Education in the field; Organization of education.

1 – Introdução.

A Região Norte do Brasil, especificamente, a Região Sudeste do Estado do Pará, sempre foi palco de intensos conflitos agrários, que podem ser observados em vários momentos históricos, como por exemplo: o massacre, repressão e tortura por parte da Ditadura civil-militar a Guerrilha do Araguaia em 1970; o massacre de Eldorado dos Carajás dos trabalhadores rurais, ligados ao MST por parte do Governo do Estado do Pará nos anos 1990; as mortes de trabalhadores rurais e lideranças ao longo de toda a história

¹ Doutoranda em Educação no PPGE/FE/UNICAMP. Pedagoga e Especialista em Políticas de Gestão e Financiamento da Educação pelo ICED/UFPA. Mestre pela UFSCAR/Sorocaba. Professora da Educação Básica em Hortolândia/SP. Membro do HISTEDBR/UNICAMP. E-mail: <viviansylva@yahoo.com.br>.

de ocupação da Amazônia até hoje.

Nessa mesma Região, marcada pela violência e pelas relações/polarizações de poder das oligarquias locais e do capital, se situa a cidade Parauapebas, que abriga o maior projeto de mineração do mundo, a Companhia Vale (CV), instalado pelo Governo civil-militar, juntamente com outros projetos mineradores, de construção de estradas, ferrovias etc.

Na história do Sul e Sudeste do Pará, observa-se, além das discrepâncias socioeconômicas e territoriais, a situação das cidades em que os Grandes Projetos da Amazônia foram instalados, gerando problemáticas sociais agravantes para as cidades em seu entorno, a exemplo da própria cidade, em estudo, Parauapebas.

Sob pressão da CV, um plebiscito ocorrido em 1987, colocou em questão o desmembramento da vila de Parauapebas da cidade de Marabá. O pleito foi aceito e a população concordou com essa medida. Em 1988, através da lei 5.443, a Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) concedeu a Parauapebas o direito de emancipação.

Parauapebas se destaca como a principal cidade da microrregião, devido ao *status* da mineração. Faz fronteira com as cidades: ao norte, Marabá; Curionópolis ao leste; Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte ao sul; e São Félix do Xingu a oeste. O município está a 547 km de Belém, a capital do Estado. O clima é tropical, quente e úmido, devido ao seu relevo formado por planície e montanhas. A vegetação é composta por floresta de terra firme (gramíneas, arbustos e densa floresta de pequeno, médio e grande porte) e cerrado, com pequenos arbustos espinhosos, encontrados na Serra dos Carajás.

Com a emancipação, grandes investimentos locais pela CV foram realizados nas áreas da saúde, da educação, do transporte, da rodovia e habitação, principalmente, para abrigar a maioria dos trabalhadores contratados pelas empreiteiras que prestam serviços a essa empresa.

Ressalta-se que, mesmo antes da emancipação, a CV já tinha começado a fazer obras na cidade, com a instalação de prédios públicos, hospital, a luz, esgoto, delegacia, tratamento de água, para acelerar a pressão sobre a emancipação.

Santos (1990) afirma que a CV objetivava:

- Criar uma cidade que abrigasse a população que normalmente se instala em redor de um grande projeto;

- Sedar nessa cidade algumas microindústrias que poderiam, inclusive, atuar como apoio ao Projeto Ferro Carajás, e prosperar com ele, como serralherias, oficinas de solda mecânica, movelarias, etc.
- Ver instalada nessa cidade todas as repartições de um município, pois, na época, tudo o que se precisava só existia em Marabá, distante a 200 Km² de Carajás. (SANTOS, 1990, p. 43)

Santos (1990) relata que o aglomerado de pessoas na localidade era muito grande e não havia espaço nos núcleos construídos para alojar toda a população, por isso, ocupações urbanas e rurais começaram se intensificar: “Com o acúmulo crescente de pessoas na cidade, de 1986 em diante, exigindo lotes urbanos e rurais para morar, nasceram as invasões urbanas (bairro Primavera, Alvorada etc.) e rurais no Cedere I e II, regiões que devem abrigar mais de 4 mil famílias”. (SANTOS, 1990, p. 44).

Em 15 de novembro de 1989, ocorreu a primeira eleição municipal, sendo eleito Faisal Faris Mahmoud Salmen Hussain (PSDB), que governou de 1989 a 1992. O nome da cidade foi uma homenagem ao rio Parauapebas, que no tupi significa “rio de águas claras”. Esse rio corta a cidade e é o grande responsável pelo abastecimento de água na localidade. Por se tratar de um município recente, a cidade só teve mais quatro prefeitos, além do primeiro já citado: Francisco A. de Sousa (PL) de 1993-1996; Ana Isabel M. de Oliveira (PMDB) de 1997-2004; Darci José Lermem (PT) de 2005-2012; e Valmir Q. Mariano (PSD) de 2013-2016 e, recentemente, Darci José Lermem (PDT), voltou a ser o prefeito da cidade até 2020.

Parauapebas tem o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, sobrevive basicamente em função da CV, qual a fomenta através dos *royalties* do minério, enquanto que as cidades do entorno não recebem nenhum imposto referente à exploração mineral na microrregião. Grande parte da sua população vive em condições precárias cujas oportunidades de trabalho são disponibilizadas, principalmente, a partir das empresas terceirizadas que prestam serviço para a CV. Essas empresas, também, conhecidas como empreiteiras, recrutam trabalhadores menos qualificados para fazer o trabalho pesado nas minas, em contrapartida, esses recebem baixos salários e não possuem direitos trabalhistas.

Outra atividade que gera trabalho e renda nessa localidade é a agricultura familiar com a produção de: hortaliças, verduras, legumes, frutas, leite e pequenos animais que são consumidos internamente nos assentamentos ou vendidos nas feiras e para a

população local. Além disso, grande parte dessa produção é vendida para a prefeitura que abastece as escolas para fins de merenda escolar.

Após essa breve explanação do contexto histórico da localidade em estudo, das relações estabelecidas com os interesses do capital em relação a sua emancipação, será abordado a influência da CV, através da Fundação Vale (FV) na educação municipal, em particular, o que tem ocorrido com as escolas no campo.

2 – As movimentações da Companhia Vale (CV) em torno das políticas educacionais em Parauapebas: cenários da educação municipal e da educação no campo.

No que diz respeito à educação municipal de Parauapebas, a Companhia Vale (CV) tem incidência direta na organização pedagógica da rede de ensino e da gestão. Por meio do “Programa Escola que Vale” da Fundação Vale (FV), cujas ações eram/são executadas pelo Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), conhecida atualmente como Comunidade Educativa, são desenvolvidas as formações continuadas dos professores, gestores e demais profissionais da educação (envolvendo praticamente todos os profissionais que atuam na educação), como expressão do compromisso social da CV para com a educação. As ações são realizadas na rede atendendo às demandas urbanas e rurais.

O objetivo do “Programa Escola que Vale” é:

Contribui para a qualidade da Educação, por meio de articulação, mobilização e formação de diversos atores, valorizando os potenciais educativos locais, ampliando as oportunidades de formação para educadores e demais atores das comunidades em espaços formais e não formais [...]. As ações realizadas ou apoiadas refletem a preocupação da Fundação Vale com a qualidade do ensino e da aprendizagem e estão baseados em uma relação de parceria com todos os envolvidos: prefeituras, equipes técnicas das secretarias de Educação, diretores, professores, estudantes, pais e comunidade. (FUNDAÇÃO VALE, 2018)

Na página da Fundação Vale, está explícito que as formações são em “língua, artes e gestão” para educação infantil e para o primeiro ciclo do ensino fundamental. O Programa tem atuado em Parauapebas e em mais de 25 municípios, todos localizados nos Estados onde a Vale está inserida: Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Abordar esse tipo de concessão na educação é alarmante por favorecer a desresponsabilização da esfera pública na oferta da escola pública, delegando ao setor privado a oferta dos serviços públicos, uma vez que a LDB 9394/96 permite esse tipo de parceria, como apresenta Cury (2008, p. 17) “[...] a educação privada sempre teve seu

reconhecimento e possibilidade de atuação nos sistemas de ensino sob regime de concessão ou de autorização”.

Ao tomar como referência Montañó (2008) na questão da relação público-privada, pode ser feita uma comparação dessa situação muito próxima à realidade concreta, quando o autor diz que:

No que concerne à política social estatal, percebem-se algumas alterações: a) precarização (em oposição ao preceito constitucional de qualidade); b) focalização (em antagonismo com a universalização); c) municipalização (desvirtuando a descentralização desejada pelo constituinte); d) transformação do direito em “benefício” (abrindo caminho para o social, seguindo dois caminhos: 1) re-mercantilização, tornando os serviços oferecidos pelo Estado ou da precarização e focalização das políticas sociais; 2) re-filantropização, estimulando as ações da sociedade civil, de caráter voluntário. (MONTAÑO, 2008, p. 34).

Ao perceber a atuação da FV quando diz que visa o desenvolvimento do local onde está inserida (e nesse caso, a educação pública é um dos seus mecanismos de desenvolvimento), fica clara a lógica de mercantilização e filantropização, linha tênue em que não se sabe mais o que é público e o que é privado, que pode ser compreendida a partir da construção de escolas com a finalidade de garantir parte do cumprimento da responsabilidade fiscal da empresa, mas que visa à responsabilização do governo local sobre o seu efetivo conhecimento, como é o caso da criação da Estação Conhecimento, em municípios onde a CV atua.

Durante a pesquisa de mestrado, verificou-se no que se refere aos dados das escolas no campo, por exemplo, que com a criação, em 2010, da Estação Conhecimento da APA do Igarapé Gelado, pertencente à CV, ocorreram o fechamento de cinco escolas multisseriadas: EMEF Lineu Muniz Dutra; EMEF Firmino de Oliveira; EMEF São José III; EMEF Jorge Amado; EMEF Santa Maria, o que contribuir para a estatística do número de fechamento das escolas no município.

Todos os alunos dessas escolas fechadas, no exemplo acima, foram transferidos para a Estação Conhecimento, cujo atendimento municipal ficou sendo realizado pela EMEF Jorge Amado. Assim que a FV construiu e equipou essa escola, propôs que funcionasse no sistema de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Nessa parceria, a prefeitura iria fornecer o quadro de pessoal da rede municipal e a Fundação Vale, através da OSCIP iria financiar as ações e projetos realizados.

A escola “modelo” Estação Conhecimento, criada pela CV/FV, passou a atender, desde 2010, os filhos de assentados e alunos que residiam no meio rural. A escola não adotou a organização de classes multisseriadas, passando a utilizar os ciclos como modelo de aprendizagem. Mesmo sabendo que o público era egresso de classes multisseriadas, não houve problematização sobre o processo de transição de uma escola para outra; nem das mudanças na estrutura organizacional. A escola passou a atender 240 alunos.

Imagem 1 – Estação Conhecimento da APA Igarapé Gelado – Salas de aula.



Fonte: Acervo de Viviane Cardoso da Silva, Parauapebas, 2010.

**Imagem 2 – Estação Conhecimento da APA Igarapé Gelado:
Visão Panorâmica da Escola.**



Fonte: Arquivo de Viviane Cardoso da Silva, Parauapebas, 2010.

A partir das imagens 1e 2 podem ser feitas algumas observações. Na imagem 1, pode-se observar alguns “blocos” de salas de aula, cujo acesso é ao lado estacionamento. Nesse dia, a escola estava sendo inaugurada e o técnico ambiental da FV explanou sobre

a proposta de amplos espaços, com a possibilidade de construção de mais blocos de sala de aula e mais alojamentos para alunos e professores, no sentido de aumentar a oferta de vagas.

Na oportunidade, foi perguntado ao técnico sobre qual seria o real sentido da FV em se preocupar com a construção de uma escola “magnífica” como aquela? O técnico respondeu que era o “princípio da sustentabilidade”: o lugar escolhido para a construção da escola é uma área de proteção ambiental (APA) e que a empresa se preocupava com o bem estar da população, inclusive a rural. Ele continuou explicando que a intenção da FV era construir mais dezoito (18) escolas como essa, sendo algumas no meio rural e outras na área urbana.

Foi perguntado, então, como funcionaria a parceria com a Prefeitura? O técnico respondeu que seria através de um convênio via OSCIP e que a prefeitura iria arcar com o pessoal, manutenção, transporte e alimentação e a FV ficaria responsável pela formação cultural, equipamentos e formação continuada. Essa resposta reafirmava o que se tinha apresentado anteriormente sobre a parceria público-privada, com ônus ao público e bônus a empresa privada.

Na imagem 2, a partir da visão panorâmica da escola, verificam-se mais espaços além do refeitório e das salas de aula; a tenda branca seria o espaço para eventos culturais da escola, apresentações de teatro e a construção no canto direito da imagem é o alojamento dos professores. Não aparecem nessa imagem, mas há também um anfiteatro e alojamentos para estudantes. O alojamento não é para todos os estudantes, apenas, para alguns cuja mobilidade entre a escola-casa ficaria inviável de se realizar todos os dias. Já os professores ficavam na escola durante a semana, por isso seus alojamentos estavam garantidos.

A Estação Conhecimento funciona em tempo integral, ou seja, as crianças ficam sete horas e realizam atividades de acordo com a idade e série numa proposta que engloba: cultura, esporte, informática, leitura, artes plásticas e atividades agrícolas: horta, pequenos animais. O atendimento é feito aos alunos de 1º ao 9º ano. O quadro de pessoal incluía em 2010: cinco técnicos, um engenheiro, um zootecnista, um veterinário, além dos professores e demais profissionais da educação. Essas informações pedagógicas foram repassadas pela diretora em exercício naquele momento.

Em relação à escola em si, é válido deixar registrado que se trata de uma construção em APA, porém, descampada, sem arborização adequada ao meio ambiente, pois a reserva de natureza é muito pequena nessa região, aspectos contraditórios tanto pela construção da escola, como para justificar a importância da APA.

Com a criação de uma escola grande e espaçosa, aquelas classes multisseriadas deixaram de existir, podendo ter contribuído com a queda, em 2010, do número de estabelecimentos de ensino ou fechamento de escolas.

Em relação à Estação Conhecimento, em entrevista com o Secretário de Educação em exercício no período histórico de 2005-2010, expôs reflexões sobre essa escola que na época estava em estágio de construção.

Olha a escola na verdade ela está sendo construída pela iniciativa privada, mas ela vai ser gerenciada pelo município. Cabe ao município! Esta é ainda em discussão porque ainda não se chegou a um acordo: em relação ao custo dela, que vai ser muito alto e a iniciativa privada não deixa isso apenas nas costas (sic) do município. Porque tem um monte de coisas, de instrumentos, de insumos que são muito caros, mas a parte de funcionários, a parte de professores, serão da nossa responsabilidade. Responsabilidade do município! A parte que tocar (sic) ao município é discutir com município, e a parte que cabe ao Estado, o ensino médio é pra discutir com o Estado, mas o importante é que a educação comece a pensar numa lógica de produção de sustentabilidade do homem. Porque é uma outra característica peculiar da nossa região, que muita gente que vem do campo não tem uma vocação agrícola, ele é o garimpeiro de serra pelada que ficou por aí órfão do trabalho do garimpo, desempregado e não tinha qualificação. Ele começou a ir pro campo, mas ele especificamente não tem uma cultura voltada para a produção, então muita gente termina abandonando, então também se discutir a cultura do campo, da sustentabilidade e a escola tem que assumir esse papel de evitar a prática predatória das atividades agrícolas como o manejo inadequado do solo. Isso tem que ser discutido muito, essa história das queimadas na região. Então, é uma das formas predatórias extremamente praticada nessa região. (RAIMUNDO NETO, 2009)

A partir da fala do Secretário de Educação, muitas questões nos apontam para a mercantilização do ensino: primeiro, a naturalidade de uma “iniciativa privada” em construir uma escola pública; segundo, a relação que se estabelece entre o público e privado, como se fossem a mesma coisa. Não se tem dúvidas de que essa escola é bonita, ampla e arejada, mas ela não representa a realidade concreta das escolas públicas no Brasil, muito menos no meio rural. Ensejou-se numa escola de alto padrão como essa, socializada e ocupada pela classe trabalhadora, porém, retorna-se ao pensamento de que nesse momento histórico, os homens vivem numa sociedade capitalista, ou seja, todo esse processo acaba sendo mais uma iniciativa de alienação da classe trabalhadora camponesa.

Adrião e Borghi (2008) abordam em um debate sobre as parcerias público-privadas na educação e consideram que

[...] medidas como a contenção do gasto público e a reforma político-institucional indicavam que o Estado deixasse de ser o responsável prioritário pelo financiamento e manutenção da educação básica e passasse a exercer a função de “gestor” dessa mesma educação. Para tanto, em vez de investir diretamente recursos públicos e manter um aparato administrativo condizente com a oferta de serviços educacionais em massa, caberia ao Estado induzir “parceiros” (sociedade civil, empresas, níveis inferiores de governos, etc.) a se responsabilizarem por essa oferta ou por parte dela, resguardando-se a tarefa de definir o produto educacional a ser atingido e os mecanismos para aferição da qualidade desse produto. (ADRIÃO; BORGHI, 2008, p. 100-101)

Essa análise das pesquisadoras sobre a função “gestor” é relevante para analisar as afirmações do Secretário, no que se refere à parceria com a CV. Parece que induzir “parceiros” é o que mais tem de novidade na educação subsidiada pelo capital, porque o público se beneficia, mas a iniciativa privada se beneficia mais ainda, utilizando-se dos recursos públicos a seu favor.

Outra questão relevante a ser tratada é sobre o número de professores e a formação continuada na educação como um todo, mas em especial, na realidade camponesa. Em relação à contratação de professores, foi, somente a partir de 2006, por requisição dos militantes da educação do campo, ligados principalmente ao MST, que passou a ter vagas nos concursos públicos destinadas às escolas no campo e dentre essas vagas, subdivididas entre os níveis (educação infantil e ensino fundamental).

Sobre a formação de professores, a representante do MST e diretora da EMEF Crescendo na Prática, localizada no Assentamento Palmares II, deixara em evidência que, para as escolas no campo, a questão da formação e contratação de professores ainda era um dilema. No caso da escola citada, havia um misto entre professores efetivos e contratados.

Em relação às vagas destinadas aos professores das escolas rurais nos concursos públicos, a militante disse que são poucas as vagas, muito escassas diante da demanda, como mostra o relato:

[...] eu penso ainda que o concurso que é feito aqui tanto pra zona rural com para a zona urbana, ainda não atende a demanda do município. É muito pouco né? (sic) Gente eu tive olhando a lista dos que foram chamados é muito pouco para a demanda do município, então eu penso que está mais relacionado à política do município em relação aos concursos. Porém se tu fores olhar a realidade baseada em outros municípios a situação é pior ainda. Parauapebas é muito pouco os concursos que foram feitos, mas relacionadas à região é um dos municípios que mais tem avançado nisso. (DEUSA, 2009)

A entrevistada reconhece a importância da realização de concurso para professores que vão atuar no meio rural e exposto que, mesmo com a ocorrência de concursos, há casos em que pessoas são chamadas, mas não se identificam com essa realidade, como trata no fragmento abaixo:

[...] nós fizemos uma avaliação ano passado. Eu pautei isso no departamento de educação do campo: a dificuldade que a gente tem com educadores quando eles chegam na escola. Eles não procuram conhecer o território que eles vieram, o território social, território cultural, o território inclusive econômico das famílias, quando eles não se colocam abertos para conhecer esse espaço, geralmente a gente tem problema. A gente tem avaliado isso e penso que esse ano a gente vai trabalhar isso de forma mais intensa, iniciamos hoje, inclusive há professores ali que estão chegando, justamente não é que a gente não quer que os professores cheguem aqui, mas é pra poder entender a comunidade, o espaço no qual estamos educando, porque se eu não entendo os sujeitos com o qual eu estou trabalhando, a sua cultura, a sua política, o seu espaço social, logicamente eu vou ter dificuldade, tem aquele poema. Eu não me lembro o nome do autor aqui, mas o sobrenome dele é Didonet, eu vou ver, é um poema muito bonito, eu vou até vê o nome dele pra te passar, que ele trabalha muito essa questão “pra você me educar, você precisa me conhecer”. Esse é o título do poema, e eu vou vê ali nome do autor, porque esse poema é riquíssimo, ele traduz assim, uma linguagem extremamente rica nessa questão do conhecer o sujeito que e estar trabalhando com ele. [...] Eu vou intensificar o estudo dos professores que chegam com os que já estão, porque o estudo ele nunca vence, porque a sociedade anda, eu até falei as coisas se modificam, o próprio território. Ele muda né? (sic) É construído, então é preciso que nós que estamos aqui, nunca percamos a liga, com o estudo da gente mesmo. (DEUSA, 2009)

As questões pontuadas pela militante são importantes para a construção de um espaço escolar democrático e participativo. Ela fala que a escola que foi conquistada pelo MST (EMEF Crescendo na Prática), se mantém a altos “custos”, tanto financeiros, quanto pela proposta pedagógica própria do MST para a educação, o qual propõe implantar na suas escolas. Deusa ressalta que estar aberto para construir o trabalho coletivo com a equipe e comunidade e conhecê-los faz toda a diferença no sentido da formação do cidadão que se quer para a sociedade – esse parece ser um dos grandes desafios na construção da escola para a classe trabalhadora. Não se constrói uma sociedade sozinha (o), não se faz educação sozinha (o).

3 – Por concluir:

A partir dos dados apresentados, verifica-se que a situação da realidade educacional em Parauapebas é complexa, contraditória e que necessita de análises mais sistematizadas, quanto os impactos da CV/FV no que diz respeito aos direcionamentos

políticos implementados na administração pública, principalmente, na educacional, lócus de nossa investigação. Porém, algumas perspectivas aproximativas foram lançadas para o embate político e educacional sobre essa localidade.

Identificar as perspectivas de precarização e mercantilização da educação foram traços fortes observados nesse processo, principalmente, quando se trata da desresponsabilização do Estado, representado pela municipalidade, na construção tanto das políticas educacionais, quanto a concessão do fortalecimento das parcerias público-privadas, via OSCIP, como um novo modo de se oferecer a educação pública.

Quanto à defesa da escola pública, dentre tais as escolas rurais se almeja a construção de processos democráticos em escolas com infra-estrutura de qualidade, principalmente, nas escolas rurais, pois como a nossa pesquisa demonstrou, vem sofrendo com a precariedade e oportunismo do capital. Nesse processo, é fundamental que as lutas sociais e o fortalecimento dos movimentos sociais, sigam a frente, socializando as denúncias de tais avanços da mercantilização ou privatização na educação básica, assim como o fechamento de escolas importantes para as comunidades rurais e que tais processos sejam publicizados seja nas comunidades locais, científicas ou com a sociedade de modo geral.

Referências

ADRIÃO, Theresa, BORGHI, Raquel. Parcerias entre prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo? In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso: fev. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Um novo movimento da educação privada. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

IBGE. **Projeto Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Pará**: Parauapebas. Censo demográfico. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150553>>. Acesso em: jun. 2015.

FUNDAÇÃO VALE. **Educação**. Disponível em:
<<http://www.fundacaovale.org/Paginas/Educacao.aspx>>. Acesso em: mar. 2018.

MONTAÑO, Carlos. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “terceiro setor”. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008

SANTOS, Breno Augusto dos. Carajás – História e Perspectivas. **Cadernos da Educação**, Parauapebas – PA: SEMED, p. 40 a 45, 2 nov.1990.

SEPOF/PA. **Estatística Municipal de Parauapebas**, 2008. Disponível em:
<<http://www.sepof.pa.gov.br>>. Acesso em junho de 2014.

SEPOF/PA. **Estatística Municipal de Parauapebas**, 2014. Disponível em:
<<http://www.sepof.pa.gov.br>>. Acesso em: jun. 2015.